



**LAICIDADE EM ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: O ENSINO
RELIGIOSO RESPEITA A DIVERSIDADE DE CREDOS E PROMOVE
A PAZ?**

CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA

Belo Horizonte

2015

CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA

**LAICIDADE EM ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: O ENSINO
RELIGIOSO RESPEITA A DIVERSIDADE DE CREDOS E PROMOVE
A PAZ?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Ma. Beatriz Lopes Falcão

Belo Horizonte

2015

CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA

LAICIDADE EM ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: O ENSINO RELIGIOSO RESPEITA A DIVERSIDADE DE CREDOS E PROMOVE A PAZ?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^ª. Beatriz Lopes Falcão (Orientadora) – UFMG

– UFMG

Belo Horizonte, 2015

Dedico este trabalho a todos(as) os(as) professores(as) que souberam e sabem discernir o trabalho pedagógico em sala de aula e as religiões.

AGRADECIMENTOS

A Professora Beatriz Lopes Falcão que me incentivou para que eu chegasse até aqui.

“Toda educação saudável é uma educação sem controle religioso”

Erasmus de Roterdã (1466-1536)

RESUMO

Essa pesquisa propõe uma discussão sobre a laicidade em escola pública e se a disciplina de ensino religioso respeita a diversidade de credos e ajuda na promoção da paz. Para tanto, faz-se uma retrospectiva na história da educação, para melhor entender como os acontecimentos contribuíram para o modelo de educação existente hoje nas escolas públicas do país e como na contemporaneidade a disciplina contribui para o avanço do conhecimento. De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP – da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, o fazer da escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Acredita-se que a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno constrói e reconstrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe agir e reagir diante da realidade.

Palavras- chave: Laicidade; aprendizagem; escola pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLA PÚBLICA	10
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E A VIVÊNCIA DE ALUNOS NO PROCESSO DE BUSCA PELO CONHECIMENTO	15
4. DIÁLOGO NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO: INDISPENSÁVEL PARA UMA BOA CONVIVÊNCIA	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
6. REFERÊNCIAS	20
7. ANEXO	23

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico – PPP – é um instrumento que define aspectos do currículo, da avaliação, da aprendizagem, dos direitos e deveres, visando uma conduta ética de valores humanos e morais, ou seja, é a identificação da escola.

Ao construir o PPP da Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos buscou-se considerar as influências diversas do meio social no qual ela está inserida, de forma a garantir uma aprendizagem significativa e de valorização do conhecimento prévio do educando.

Assim, a escola mantém toda a comunidade escolar reunida, compartilhando ideias e reflexões constantes, sempre com o objetivo de sanar as dificuldades, através da realidade, evidenciando os aspectos essenciais definidos por lei que se constituem como marcos de referência na organização de suas atividades educativas, destacando-se a sua missão, valores, princípios, objetivos e metas.

O PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2013, p. 1)

A vigência do PPP (2014) da Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos é de um período de 5 anos, portanto ele deve ser avaliado anualmente e acrescido de ações relevantes e periódicas, como seu Plano de Ação, de forma a atender às demandas e ajustar-se às novas necessidades.

Acredita-se que a aprendizagem, acontece em um ambiente de afetividade, por isso, a escola deve priorizar um ensino de boa qualidade, onde o valor e o respeito são características fundamentais para que o aluno se identifique na busca de seu conhecimento.

As políticas públicas visam o acesso de todos à escola e aqueles que a frequentam não estão livres de serem discriminados e afastados do grupo em que parecem inseridos. Ser excluído fere os princípios da Constituição Federal de 1988 que preconiza direitos iguais a todos os cidadãos, de forma que toda discriminação ou

preconceito fere a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos inseridos no art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Se todos são iguais perante a Lei, o ser humano, enquanto sujeito de sua história, se identifica como ser social que pensa, sonha e quer ser feliz. À educação compete contribuir para que o sujeito construa o seu modo de ser, pensar e agir no mundo. Sabe-se que “a escola não existe apenas para transmitir conhecimentos prontos e acabados ela se tornou parte integrante de um mundo que se transforma a cada dia, pois o conhecimento é uma força que transforma por dentro os indivíduos e as sociedades” (VALLE, 1997, p. 77).

A escola pública, ao interagir com as diversas culturas, religiões, informações e ciências, através dos sujeitos ali inseridos, transforma a maneira de pensar de seus integrantes contribuindo para a construção de novos conhecimentos. E o ensino religioso, como parte do componente curricular, traz a tona as raízes culturais do povo brasileiro que tem suas características ligadas ao cristianismo implantado desde a colonização europeia.

A relevância do tema se desvenda pela religiosidade existente no Estado de Minas Gerais, com municípios que se desenvolveram ao redor de igrejas católicas e com hábitos culturais que refletem os costumes de um povo mais precisamente inserido no catolicismo.

Minas Gerais era considerado um Estado de profundos valores religiosos cristãos. Em evento realizado em 1925 para homenagear Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro bispo de Belo Horizonte, o Padre Manuel Barbosa afirma que o catolicismo estava incutido no coração do povo brasileiro de tal forma que não poderia ser retirado. Negligenciar o catolicismo implicaria descuidar da alma do povo. Sendo assim, ao Estado cumpria reconhecer a igreja católica como representante e intérprete legítima da população (MATOS, 1990).

Este fator e muitos outros contribuíram para inserir no imaginário da população, através do senso comum, de que a escola, por possuir no seu currículo escolar a

disciplina ensino religioso, deva contemplar a religião cristã, mais precisamente os ensinamentos da igreja católica. Curry (2004) chama atenção para o que representa o ensino religioso como componente curricular nas escolas e que por trás dele se oculta uma dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos e culturais precisos. Em muitos séculos de história, até os dias atuais, a religião apresenta um paradoxo que, por um lado ajuda as pessoas a viverem melhor e encontrarem esperanças. E por outro é inegavelmente utilizada para excluir e dividir grupos.

Nesse sentido, ao se questionar a laicidade da escola pública contemporânea e se a disciplina de ensino religioso valoriza a diversidade de credos da sua comunidade é condizente observar que “o conhecimento resulta das respostas oferecidas às perguntas que o ser humano faz a si mesmo e ao informante” (PCNER, 2009, p. 41).

Compreender e realizar a educação, entendida como direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto a viver e conviver nos diversos ambientes (BRASIL, 2010).

Essa pesquisa propõe uma discussão sobre a laicidade em escola pública e se a disciplina de ensino religioso respeita a diversidade de credos e ajuda na promoção da paz. No decorrer do trabalho procurou-se compreender se o fazer da escola, através da disciplina de ensino religioso, está em busca de um modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro e o professor o mediador do processo e procura apresentar algo relevante que contribua de fato com o avanço do conhecimento.

2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLA PÚBLICA

Como afirma Bosi (1994) o objetivo da história é produzir-se de geração a geração, gerando outros conhecimentos em que os fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.

Retomando os fatos da história da educação no Brasil, vale destacar a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil no século XVI que ao se instalarem nas terras brasileiras, impuseram a cultura europeia para o povo que já habitava a colônia e a educação começou a ser pensada conforme os costumes europeus.

De acordo com Aranha (1996), ao se alojarem os colonizadores não tinham como meta prioritária a educação. As metrópoles europeias mandaram para o Brasil religiosos formados por padres jesuítas da Companhia de Jesus, com o intuito de realizarem um trabalho missionário e pedagógico com o povo. A igreja, submetida ao poder real, atuava como instrumento importante para a segurança da unidade política, já que uniformizava a fé e a consciência das pessoas.

Os padres jesuítas fundaram escolas em algumas regiões do país e introduziam os costumes europeus. As primeiras escolas começaram a ser frequentadas por filhos de famílias ligadas ao cultivo da cana de açúcar e era sinal de status possuir formação humanística ministrada pelos colégios jesuítas. Aos filhos dos colonos e aos índios ensinava-se um ofício e divulgava-se a fé católica, uma vez que eles não tinham acesso à mesma educação da elite (MOREL, 1979).

Os jesuítas desprezaram a educação popular. Por força das circunstâncias tinham de atuar no mundo colonial em duas frentes: a formação burguesa dos dirigentes e a formação catequética das populações indígenas. Isso significava: a ciência do governo para uns e a catequese e a servidão para outros. Para o povo sobrou o ensino dos princípios da religião cristã (GADOTTI, 2004, p. 65).

A educação dos jesuítas predominou no Brasil e eles exerceram o monopólio do ensino apoiados pela Coroa de Portugal. Eram muitas escolas e uma organização estável quanto à disciplina nos colégios. Por ser uma forma de educação estruturada, no decorrer do século XVIII entre outros fatores, o governo temia o poder econômico e político exercido por eles ao modelar a consciência e o comportamento das camadas sociais, o que levou ao encerramento das atividades da Companhia no território brasileiro (ARANHA, 1996).

Para Carvalho (1989), no fim do século XIX e início do século XX, quando foi instituída a República, havia a crença de que a educação fosse solucionar os problemas, resgatando o país de uma condição de atraso econômico e social já instalada. Era tanto o entusiasmo que acabou por contaminar a produção intelectual do período, que se pensava em uma população brasileira produtiva e disciplinada.

Esperava-se que a educação formasse grupos de brasileiros saudáveis e capacitados. Mas, havia nesse período diferenças significativas entre a população e regenerar o povo brasileiro era dívida da República a ser desempenhada pelas novas gerações. Reformas no ensino público aconteceram e o Brasil foi rompendo, gradativamente, com o modelo de educação escolar existente.

Vale salientar a importância de fazer uma retrospectiva, observando as reformas nas leis brasileiras, ou seja, nas Constituições Federais, com relação à educação religiosa na escola pública, que gradativamente rompeu com o modelo de educação escolar católico, instituído desde o início da colonização, com a vinda dos Portugueses e em especial dos Padres Jesuítas para o Brasil.

Em 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição Federal e manteve o status da religião Cristã, através da Igreja Católica, com o direito de conferir benefícios eclesiásticos.

Art. 102: O imperador é o Chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado, são suas principais atribuições:

Inciso II - Nomear Bispos e prover dos benefícios eclesiásticos.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

Inciso V - Ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública. (BRASIL, 1824)

Nos documentos complementares do Império do Brasil em 1827 foi determinado o ensino do catolicismo nas escolas. Embora existissem divergências quanto a esta modalidade de ensino. Em 1890 é instituído por Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada em nome da Nação, o decreto 119-A. art. 1º.

E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. (BRASIL, 1890)

Estado e Igreja se separam legalmente com a promulgação da Constituição de 1891.

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 6º - Será leigo o ensino

ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados. (BRASIL, 1891)

Em seu art. 153 a Constituição Federal de 1934 determina:

O ensino religioso será de frequência **facultativa** e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (BRASIL, 1934, grifos nossos)

Getúlio Vargas implanta o Estado Novo e outorga a Constituição de 1937, onde o ensino religioso está presente, mas não consta como disciplina obrigatória nas escolas públicas. Assim diz o art. 133.

O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. **Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação** dos mestres ou professores, **nem de frequência compulsória** por parte dos alunos. (BRASIL, 1937, grifos nossos)

Sendo restaurado o regime democrático, o Brasil recebe em 1946 uma nova Constituição apoiada por educadores liberais e democráticos, onde estabelece:

A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula **facultativa** e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. (BRASIL, 1946, grifos nossos)

No ano de 1967 é promulgada nova Constituição Federal e continua presente o ensino religioso nas escolas públicas do país, mantendo o respeito à liberdade de credo, assim como nas demais legislações supracitadas.

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.
IV - o ensino religioso, de matrícula **facultativa**, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio. (BRASIL, 1967, grifos nossos)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também continua presente o ensino religioso na escola pública e estabelece em seu art. 210, parágrafo 1º.

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula **facultativa**, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL, 1988, grifos nossos)

Após oito anos de vigência da Constituição Cidadã foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9.394/96, que estabelece em seu art. 33.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis em caráter:

I confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas;

II interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa (BRASIL, 1996)

Através de muitos questionamentos a respeito de seu artigo 33 da lei 9394/96, foi aprovado o seu substitutivo com a edição da lei 9.475/97, passando o ensino religioso como disciplina escolar e como área do conhecimento integrante na formação básica do cidadão.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão e estabelecerão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (BRASIL, 1997)

Para garantir a veracidade da lei 9394/96, quanto à organização nos sistemas de ensino, o Estado de Minas Gerais, através da lei 15.434 de 5 de janeiro de 2005¹ dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino:

Art. 2º O ensino religioso será ministrado de forma a incluir aspectos da religiosidade em geral, da religiosidade brasileira e regional, da fenomenologia da religião, da antropologia cultural e filosófica e da formação ética.

Parágrafo único. Cabe ao órgão competente do Sistema Estadual de Ensino estabelecer as diretrizes curriculares para o ensino religioso, ouvidas entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas, cultos e filosofias de vida e entidades legais que representem educadores, pais e alunos. (MINAS GERAIS, 2005)

Em meio às mudanças legais da disciplina de ensino religioso está o professor submetido aos órgãos governamentais que são responsáveis em estabelecer as diretrizes que irão direcionar o seu trabalho em sala de aula. E, no linear desse trabalho, está o aluno em busca de conhecimento.

¹ Lei 21.133, de 10 de janeiro de 2014 altera o art. 5º inciso III. da lei nº 15.434/2005

Compreender e realizar a educação, entendida como direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitá-lo para o exercício de outros direitos, potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto a viver e conviver, nos diversos ambientes (BRASIL, 2010).

Desde o início da colonização o povo brasileiro viveu situações constrangedoras com relação as suas crenças o que gerou preconceito com aquilo que não se conhece. “O preconceito existe e se manifesta pela humilhação imposta àquele que é diferente” (BRASIL, 2004, p. 6).

As consequências deste com relação às religiões perduram pela história da educação pública no Brasil e, provavelmente, afetarão não apenas a geração presente, representada pelos adolescentes privados de seu direito de cidadania, de escolher o que é melhor para sua formação, mas também às gerações futuras, crianças que ingressam na escola todos os anos. Afinal, “Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDDT, 2000, p. 64).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E A VIVÊNCIA DE ALUNOS NO PROCESSO DE BUSCA PELO CONHECIMENTO

Diante das mudanças que vem ocorrendo na sociedade contemporânea, compreender se a disciplina de ensino religioso respeita a diversidade de credos e ajuda na promoção da paz é acreditar que apesar das relações de dominação pelas quais passou a sociedade brasileira em detrimento das tradições dos indígenas e africanas, vale a pena ter um novo olhar para a escola pública e o ensino religioso.

Para atingir os objetivos propostos, o estudo foi desenvolvido por meio de diálogo, observações e pela análise das respostas de alunos do 8º ano do ensino fundamental de escola pública a uma atividade proposta pela professora de ensino religioso. Alguns cuidados básicos foram observados, tendo como princípio fundamental a vivência dos participantes com o tema discutido, preservando a

identidade dos mesmos com a utilização de nomes fictícios e a autorização dos responsáveis.

Vale ressaltar a importância da entrada em campo estabelecendo os contatos iniciais, localizando os participantes e as fontes necessárias para a compreensão dos dados coletados. Bourdieu (1989) diz que conhecer o espaço e retirar proveito do objeto estudado seria, na realidade, desenhar o elemento em estudo através de mecanismos exteriores em relações com outros objetos.

O delineamento de uma pesquisa é um plano para coletar e analisar dados, a fim de responder às questões propostas, garantindo que teoria, dados, análise e interpretação estejam interligadas (BARBOSA CUNHA, 2009).

Os alunos se inserem como sujeitos que estão construindo a própria história, como podemos observar por meio da resposta à atividade da aluna Clarice. “Quando falamos em paz, parece algo inatingível em meio a tantos problemas que vivemos na nossa escola. Sabemos que a paz não é algo que virá de repente temos que saber cativá-la”. O compromisso pela paz começa no dia a dia, no relacionamento com o próximo, na maneira como se respeita ao semelhante (BRASIL, 2010).

As características humanas são individuais e únicas, o que diferencia e identifica as relações das pessoas, principalmente quando se divide um espaço e se vive em grupo. Nesse sentido, “saber usar o diálogo, respeitar a opinião do próximo, ser capaz de dizer o que pensa e ouvir o pensamento do colega é um meio de viver em paz” (Aluna Célia).

A diversidade se manifesta de diferentes modos o que impõe uma condição também de diferenciação para a ação da escola que deve garantir o acesso de todos. Para Dubet (2003) a escola assegura a posição de que a inclusão é o resultado de um espaço onde procura-se a igualdade de oportunidade, na diversidade .

A escola sofre pressões para acompanhar os novos tempos e lidar melhor com a diversidade de público que atende. Na realidade, é um público cheio de especificidades que, se não forem respeitadas, acolhidas em suas diferenças, jamais contribuirão para a construção de uma sociedade mais justa (PAULON, 2007 *apud* CUNHA, 2009).

De acordo com Lima de Vieira (2006, *apud* CUNHA, 2009), a diversidade mostra como somos diferentes no espaço físico, psicológico e cultural. No entanto, a essa diversidade soma-se uma diferença. “Sabemos que para construir a paz não é tão fácil assim, todos devem colaborar com coisas bem simples como: não julgar as pessoas pela religião ou cor da pele, não falar mal do outro, ser sincero e não criticar” (Aluno Antônio).

Ao buscar responder aos anseios dos alunos em atividades diversificadas no contexto da sala de aula, depara-se com elementos extremamente “ricos” em sabedoria, mas muitas vezes camuflados pelo currículo que faz do aluno seu refém ao abordar a reprodução dos conhecimentos que nem sempre é o que o discente espera encontrar na escola.

Nesse sentido, vale ressaltar que os dados aqui apresentados referem-se à análise de respostas a uma atividade, que não foi efetuada para fins desta pesquisa, mas trouxe elementos extremamente ricos ao tema proposto.

4. DIÁLOGO NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO: INDISPENSÁVEL PARA UMA BOA CONVIVÊNCIA

No trabalho pedagógico do dia a dia o professor como mediador entre o conhecimento curricular dos programas de ensino e do que está implícito na bagagem do aluno faz com que este seja um sujeito pensante e capaz perceber nas mínimas atitudes fontes de inspiração para a construção de novos conhecimentos.

Pimenta e Anastasiou (2002) destacam ainda a necessidade de compreender o funcionamento do ensino como fenômeno complexo em suas funções sociais, suas implicações estruturais e o ensinar como uma prática social. O ensinar não pode ser apenas a passagem de um conteúdo ou a reprodução do que se sabe como por exemplo, a aula magistral onde uma única pessoa fala.

Gosto bastante de minhas aulas de ensino religioso, pois aprendi através de debates em sala de aula que dialogar com meus colegas independente da religião de cada um deles me faz bem e sinto que não sou diferente deles.
(Aluna Ana Paula)

Neste contexto, o ato de ensinar não resume-se ao momento da aula expositiva e não desconsidera-se o ato de aprender. Para que efetive a aprendizagem, as ações devem ocorrer simultaneamente, pois só haverá ensino se acontecer a aprendizagem. Como evidenciado na resposta do aluno Pedro: “Durante as aulas de ensino religioso consigo aprender que as pessoas pensam diferente de mim e são capazes de amar o próximo. Então porque não posso gostar de meu colega, sendo ele de uma religião diferente da minha?”

A aprendizagem exige a compreensão do conteúdo pelo aluno e a descoberta ou a construção de uma rede de relações em que um novo conhecimento, ao ser apresentado ao aluno modifica ou amplia seu conhecimento. Compreender é apreender o significado de um objeto ou de um acontecimento, os significados constituem, pois, feixes de relações que, por sua vez, se entrecruzam, se articulam em teias, em redes, construídas socialmente e individualmente, e em permanente estado de atualização (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002).

A compreensão se torna um aprendizado quando o sujeito consegue discernir a sua opinião dos demais. “Depois de muito receio, descobri que dialogar com respeito e poder escolher a minha religião é a melhor maneira para viver em paz, sempre tive muito medo de expor minha crença” (Aluno Augusto).

Na escola, ainda há momentos de séria rejeição ao outro, ao diferente, impedindo-o de sentir-se, de perceber-se e de respeitar-se como pessoa. Apesar das políticas públicas que visam o acesso de todos à escola, aqueles que a frequentam não estão livres de serem discriminados e afastados do grupo em que parecem incluídos. Isso significa que sempre haverá a possibilidade de um indivíduo se notar fora do seu meio. De acordo com Macedo (2002), aquele que não se encaixa em certos critérios está fora e, portanto, entregue à própria sorte, podendo sentir-se excluído.

Não se perceber como um membro do grupo pode gerar sentimentos de abandono, levando o sujeito a sentir-se estigmatizado. Essas são questões consideradas relevantes nas vivências pessoais que permeiam o imaginário e que constituem o indivíduo no seu modo de ser e estar no mundo. De acordo com Goffman (1988) a situação do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é até certo ponto diferente, e que seria absurdo negar essa situação.

As características de cada sujeito o constituem com um distintivo individual e único, de acordo com suas condições de vida econômica, social e cultural. Cabe sublinhar a importância da escola e o acesso de todos ao ensino, em busca de garantir os direitos de uma educação que não diferencie os seus integrantes. De acordo com o art. 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (ONU, 1948).

Se todos são iguais perante a Lei, o ser humano, enquanto sujeito de sua história, se identifica como ser social que pensa, sonha e quer ser feliz. Ele busca respostas sobre: Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou? E a educação tende a contribuir para que o sujeito construa o seu modo de ser, pensar e agir no mundo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao tema proposto neste trabalho, percebe-se através de atividades em sala de aula que o ensino religioso laico na escola pública tem o seu espaço e está rompendo paradigmas arraigados na história do povo brasileiro. Na concepção dos discentes existe avanço com relação à diversidade de credos e na promoção da paz quando se trata de ideias diferentes.

No processo de ensino e de aprendizagem professor e aluno caminham juntos ao se colocarem como sujeitos que estão em busca de conhecimento e se completam na partilha do saber.

Em se tratando da disciplina de ensino religioso a escola precisa preparar-se para o novo que está surgindo, pois os alunos estão conscientes de suas fraquezas e de seus avanços. Muitos deles são capazes de se colocarem como construtores da própria história, pois deixam de lado o medo de compartilhar as suas incertezas e angustias.

Infere-se que a sutileza sentimental e atitudinal do aluno nas aulas de ensino religioso está ligada a maneira de conduzir a matéria, sendo o respeito, a amizade e

a cordialidade fatores fundamentais na percepção de que a paz é algo interior e não algo relacionado à crença do colega.

6- REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BRASIL (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Em nome da Santíssima Trindade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 13 de set. 2013.

_____, (1890). **Império do Brasil. Documentos complementares do Império do Brasil** [15 outubro 1827]. In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. Textos Políticos da História do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1996. p.142. v.1). Disponível em: <<http://www.wftl.org/pdf/038.pdf>> Acesso em 13 de set. 2013.

_____.(1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em 6 de abr. 2015.

_____, (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 11 set. 2013.

_____, (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm> Acesso em 14 set. 2014.

_____, (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 14 out. 2011.

_____, (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm> Acesso em: 14 out. 2011.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 02 de out. 2011.

_____, (1997). **Lei n. 9.475**. Dá nova redação ao art. 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9475_97.htm> Acesso em: 14 out. 2011.

_____. **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/cartilha_sedh_diversidade_religiosa%5B1%5D.pdf>. Acesso em 01 jun. 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**, 2010. Parecer do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretriz-para-a-educacaobasica&catid=323:orgaos-vinculados> Acesso em 14 out. 2011.

BARBOSA CUNHA, Clera de Faria. **Exclusão escolar: concepção de professores(as) de uma escola pública inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade), UNIPAC, Barbacena, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: 12 ed. Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MINAS GERAIS, **Lei 15.434 de 5 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15434&comp=&ano=2005>>. Acesso em: 7 de abr. 2015.

LIMA, Priscila Augusta. VIEIRA, Therezinha. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MACEDO, Lino de. **Fundamentos para uma educação inclusiva**. 2002. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva.a.sp> Acesso em: jan. 2008.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte. O Lutador, 1990.

MOREL, Regina Lúcia. **Ciência e estado; a política científica no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

PAULON, Simone Mainieri. et al. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PCNER. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ENSINO RELIGIOSO. **Ensino Religioso**. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. Cortez: São Paulo, 2002.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: jan. 2008.

7. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA
CRISTINA MARIA MANSUR TRINDADE
MÁRCIA PAULINA JORGE
RICARLA FRANÇA MARTINS
VALDIR ASSIS CRUZ**

SETE LAGOAS, 2014

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SETE LAGOAS, 2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2.1 OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	8
2.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	8
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	9
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	10
4. CURRÍCULO	13
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5.1 PLANEJAMENTO	16
6. PROCESSOS DE DECISÃO	16
6.1 5.1 PONTOS FORTES DA ESCOLA	17
6.2 PONTOS DE MELHORIA	19
6.3 PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA.....	20
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS	22
7.2 PRINCÍPIOS POLÍTICOS	22
7.3 PRINCÍPIOS ESTÉTICOS	22
7.4 MISSÃO E VALORES	23
7.5 VISÃO	23
8. AVALIAÇÃO	24
8.1 AVALIAÇÃO INTERNA DOS ALUNOS	25
8.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS	27
8.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA	28
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

1. INTRODUÇÃO

A escola, como instituição social que busca o seu espaço na superação da ordem dominante, que predominou no Brasil com o ensino jesuítico, desde a época da colonização portuguesa, caminha em busca de ocupar um lugar de ênfase na formação do sujeito social. Ela lida com realidades diferentes e procura definir o seu papel como formadora de “habilidades e competências” exigidas pelo mercado globalizado no mundo capitalista.

Os desafios são grandes, mas não se pode fugir deles, nem mesmo fazer que eles não existam se o objetivo é o avanço no direito à educação, mas um direito sem discriminação de cor, raça, etnia, religião e outros.

Apesar de todos os esforços realizados para que todos possam ter acesso ao ensino, no Brasil, ainda é visível a defasagem na educação pública de todo o país. São muitos os problemas vividos na escola na atualidade, mas as políticas públicas, sendo analisadas e estudadas, demonstram que o papel da escola é muito importante e merece acompanhamento para que ela possa avançar, no sentido de melhorar cada vez mais.

Diante disso, compreende-se a necessidade da elaboração de um Projeto Político Pedagógico – PPP, que visa o desenvolvimento das políticas internas da escola, que implica ir além de abrir escolas e colocar nelas as crianças, mas considerar a situação de cada uma, no seu contexto econômico e social, visando o pleno desenvolvimento do ser humano.

O PPP é a identificação da escola. Um instrumento que define aspectos do currículo, da avaliação, da aprendizagem, dos direitos e deveres, visando uma conduta ética de valores humanos e morais.

Ao construir o PPP, a escola procura levar em consideração as influências diversas do meio social no qual a escola está inserida, de forma a garantir uma aprendizagem significativa e de valorização ao conhecimento prévio do educando.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos, ao elaborar o seu PPP manteve toda a comunidade escolar reunida, compartilhando ideias e reflexões constantes, sempre com o objetivo de contemplar o todo da escola, através da realidade atual, evidenciando os aspectos essenciais definidos por lei que se constitui como marco de referência na

organização de suas atividades educativas, destacando-se a sua missão, valores, princípios, seus objetivos e metas.

O PPP, tendo vigência por um período de 5 anos, ele deve ser avaliado anualmente e acrescido de ações relevantes e periódicas, como seu Plano de Ação de forma a atender às demandas da Escola e seu ajuste às novas necessidades.

Conforme a legislação vigente (BRASIL, 2006), a escola ministra o ensino fundamental, com duração de nove anos Sendo que a escola, por ser estadual segue a Resolução nº 1086, art. 3º, os anos iniciais do ensino fundamental são organizados em dois ciclos:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade.

II- Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade (SEE/MG, 2008).

Acredita-se que a aprendizagem, acontece em um ambiente de afetividade, por isso, a escola prioriza um ensino de qualidade, em que cada aluno identifique seu conhecimento, sendo o valor e o respeito características fundamentais, sempre observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), utilizando-se dos demais recursos e fontes que possam garantir a formação de cidadãos participativos, críticos, durante sua caminhada de descoberta em busca da aprendizagem.

O fazer da Escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Acredita-se que a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno constrói e reconstrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe agir e reagir diante da realidade.

Assim, não há espaço na escola para a repetição mecânica, automática, e, sim, para aprendizagens contextualizadas e significativas.

Este PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos de Ensino Fundamental, de Sete Lagoas, foi criada pelo Decreto do Governador do Estado de Minas Gerais, nº 3638 de 14/11/1951, publicado no Jornal Oficial Minas Gerais de 16/12/1952.

Está localizada a Rua Monsenhor Messias, 111, centro, Sete Lagoas/MG, em prédio do Estado e entrou em funcionamento em 16/02/1952. EMAIL: escola141721@educacao.mg.gov.br.

O nome Dr. Ulisses Vasconcelos foi em homenagem ao grande médico Dr. Ulisses Gabriel de Castro Vasconcelos.

Foi criado na categoria de Grupo Escolar pelo Governador Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em 1952, o referido prédio possuía apenas 06 salas de aula; em 1961 a CARPE fez uma reforma no prédio; em 1969 foram reconstruídas: a cozinha e a biblioteca; em 1977 foi feita a montagem de um galpão metálico e recomposição dos pisos dos pátios; de 1985 a 1986 foi feita uma reforma geral no prédio; construção de 04 salas de aulas – 01 sala da diretora, 01 Supervisão e Orientação, reforma na cozinha e despensa, reforma nas instalações sanitárias, colocação de 03 chuveiros, construção de instalações sanitárias para os funcionários; reforma da biblioteca e sala de mecanografia; troca de janelas de 04 salas.

De 1993 a 1996 – reforma geral do prédio: rede hidráulica; rede elétrica; cozinha e despensa; troca de todo o piso das varandas e salas de aulas; sala da supervisão; reforma geral dos banheiros masculino, feminino e dos funcionários; retirada do chapisco e pedras das paredes; reforma da secretaria e das salas 01 e 06; iluminação do pátio; restauração da fachada do prédio (retornando sua história); pintura e iluminação no muro da escola.

De 2000 a 2004, foram construídos bancos e mesas de ardósia e alvenaria nos pátios laterais, reforma das salas 08, 09 e 11 com troca de 4 janelas e pintura, construção de 04 salas para substituir as salas 08, 09, 10, 11 e 12 adequações da escola visando um melhor atendimento ao aluno portador de necessidades especiais.

Em 2008 – reforma do telhado da escola e piso do refeitório.

Neste ano de 2014, a escola possui 718 alunos matriculados, sendo todos frequentes e todos dentro da faixa etária certa em cada ano de escolarização.

A clientela é composta de filhos de funcionários civis, do serviço público, liberais e que se preocupam, em sua maioria, com o crescimento intelectual e a formação de valores

éticos. Os alunos da Escola são oriundos de diferentes bairros da cidade de Sete Lagoas.

A direção da Escola é composta pela Diretora Cristina Maria Mansur Trindade e da Vice-Diretora Ricarla França Martins.

Os professores e especialistas da Escola são efetivos, efetivados e alguns designados. Na sua maioria os professores possuem o curso normal superior ou magistério mais um curso de graduação.

O profissional da escola vem, ao longo de sua história, com muita dedicação, investindo em sua formação e atualização tendo como horizonte o seu aperfeiçoamento para a sua satisfação pessoal e em consequência o coroamento deste empenho ao alcançar a melhoria do desempenho dos alunos através de práticas pedagógicas mais eficientes.

Os demais servidores e o pessoal do quadro técnico-administrativo têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da Escola.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação, em seu sentido fundamental, é o desenvolvimento humano em seus aspectos físicos, cognitivos e afetivo-pessoais mais humanos e mais felizes.

O professor não é o único a ensinar, mas o principal mediador entre o sujeito que aprende e o objeto do conhecimento. Todo o ensino deve ser contextualizado, que valoriza o saber dos alunos, seus avanços, sucessos, sempre atrelado ao desenvolvimento de competências e habilidades, para que os alunos sejam capazes de agir, transformar e ter sucesso.

A E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos assume como seus, os princípios e fins da educação nacional LDB nº 9394/96, onde coloca a educação como “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996). E, também de acordo com a Resolução da SEE/MG nº 2197/2012, “comprometendo-se com qualidade social

e garantindo um percurso contínuo de aprendizagem de forma a progredir em estudos posteriores”.

Os objetivos gerais da Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos são:

- Propiciar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades;
- Assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir em estudos posteriores;
- Promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

2.1 OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social para garantir ao educando:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- A aquisição de conhecimento e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- A promoção de um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

2.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são garantidos o acesso, o percurso e a permanência, caracterizando o seu processo de inclusão, mediante elaboração e monitoramento do Plano de Desenvolvimento individual – PDI.

O atendimento Educacional Especializado – AEE, identifica, elabora, organiza e oferece os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O prédio foi construído em 1909, onde funcionou a Escola Estadual Dr. Artur Bernardes. Sabe-se que o prédio foi utilizado para outros fins até ser criada e instalada a Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos.

Atualmente, após a realização de várias reformas e ampliações do prédio, e o bom gerenciamento feito pela direção da Escola, as instalações encontram-se em boas condições de funcionamento.

O prédio possui 13 salas de aula, 01 biblioteca, pátios, 01 secretaria, 01 diretoria, laboratório de informática com 12 computadores, 03 máquinas de xerox, 01 brinquedoteca e videoteca, 02 datashow, 02 Notebook, 04 caixas de som amplificadoras, 02 microfones, 01 sala das especialistas, cozinha/dispensa, 03 depósitos, 01 almoxarifado, 01 banheiro para os professores, 02 banheiros sendo 01 masculino e 01 feminino com 04 sanitários cada um, 01 refeitório com 10 mesas e 20 bancos, 01 palco para apresentações, 01 sala de professores.

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A direção da Escola é composta pela Diretora Cristina Maria Mansur Trindade e da Vice-Diretora Ricarla França Martins.

Os professores e especialistas da Escola são efetivos, efetivados e alguns designados. Na sua maioria os professores possuem o curso normal superior ou magistério mais um curso de graduação.

O profissional da escola vem, ao longo de sua história, com muita dedicação, investindo em sua formação e atualização tendo como horizonte o seu aperfeiçoamento para a sua satisfação pessoal e em consequência o coroamento deste empenho ao alcançar a melhoria do desempenho dos alunos através de práticas pedagógicas mais eficientes. Os demais servidores e o pessoal do quadro técnico-administrativo têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da Escola.

A escola conta com verbas oriundas dos governos estadual e federal. Dispõe de uma Caixa Escolar é regida por regulamento próprio e seu funcionamento se dá em conformidade com a legislação vigente.

A Caixa Escolar tem por finalidade:

I – Gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que eles sejam revertidos em benefício do aluno;

II - Promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino;

III- Colaborar na execução de uma política de concepção da Escola, essencialmente democrática, como agente de mudanças, que busca melhoria contínua em todas as dimensões;

IV - Contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da Escola, vinculada a Caixa Escolar, por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O uso dos recursos transferidos para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) segue as orientações do mesmo em relação à aquisição de produtos.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Matrícula é o registro do ingresso do aluno na unidade escolar. A escola deve divulgar edital da matrícula por todos os meios possíveis.

A matrícula será feita por solicitação dos pais ou responsável e ocorre em qualquer época do ano. A escola renova ou efetiva a matricula dos alunos a cada ano letivo, sendo vedada qualquer forma de discriminação, em especial aquelas decorrentes da origem, gênero, etnia, cor e idade.

O processo de enturmação dos alunos é realizado pela equipe pedagógica e a direção considerando critérios institucionais de caráter pedagógico que contribuem para um ambiente mais propício à aprendizagem.

Segundo CURY (2007, p.491),

Turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural e, por vezes, o que se põe no inciso IV do art. 3º da LDB que é o apreço à tolerância. Isso condiz com o que está disposto no artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente: No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente [...].

No processo de organização das turmas devem ser seguidos os seguintes critérios:

- Equilíbrio do número de alunos que são constituídos de até 30 alunos do 2º ao 5º ano e até 25 alunos para as turmas de 1º ano;
- Idade cronológica;
- Nível de conhecimento (rendimento escolar) mais próximo, baseado nas avaliações diagnósticas realizadas pela Escola, nas observações feitas pelos professores, nos conselhos de classe, nas entrevistas individuais com as professoras e nos acompanhamentos feitos pelas especialistas e direção da Escola, tendo como objetivo uma possível equiparação de desempenho.

A direção e equipe pedagógica reúnem-se com os professores semanalmente para discutir assuntos relacionados aos planejamentos, avaliações, desempenho dos alunos e outros pertinentes a educação e, no mínimo, bimestralmente, para a avaliação coletiva do trabalho pedagógico.

A parceria entre escola e família é extremamente importante para a garantia de uma educação de qualidade.

A educação é um serviço público, e o pai, um cidadão que deve acompanhar e trabalhar pela melhoria da qualidade do ensino. Não dá para contar com os pais e professores apenas na organização de festas.

Partindo deste princípio, a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre questões pedagógicas. Pais informados sobre o trabalho desenvolvido passarão a se sentir comprometidos com a escola.

As reuniões devem ser muito bem planejadas, com objetivos bem definidos, ambiente acolhedor, direito de voz e respeito. A discussão deve avançar na procura das melhores oportunidades de promover um encontro positivo entre pais e professores.

A escola será muito melhor em parceria com os pais. A presença deles é essencial para a aprendizagem de sucesso dos alunos. Por isso conta com reunião bimestral conforme cronograma enviado antecipadamente e eventualmente, quando for necessário.

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Em seus planejamentos, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos. Lopes indica alguns pressupostos para um planejamento de ensino que considere a dinamicidade do conhecimento escolar e sua articulação com a realidade histórica. São eles:

Produzir conhecimentos tem o significado de processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista; significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (LOPES, 1988, p.22).

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Em seus planejamentos, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos.

4. CURRÍCULO

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, por ser uma escola estadual deve seguir determinações advindas da Secretaria de Estado da Educação. Sendo assim, a escola procura evidenciar um currículo baseado numa educação concebida pela aprendizagem significativa voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificada pelo conhecimento.

O currículo expressa a função social da escola. É o elemento mais importante para o desenvolvimento da prática pedagógica. Ressalte-se ainda que, no currículo, se entrecruzam componentes diversos e determinações de todo o sistema escolar.

Para Moreira e Candau (2008, p.19),

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos construídos que sistematizam nas escolas e nas salas de aula.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, o currículo deve ser constituído pelas experiências escolares que se desenvolvem em torno do conhecimento que procura valorizar as experiências prévias do aluno com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo assim para a construção da identidade do estudante.

De acordo com Guedes-Pinto e Leal (PACTO/LP, unidade 2, ano 3, p. 7):

o currículo é construído na prática diária de professores e, portanto, nem sempre reflete exatamente o que os documentos oficiais orientam, mas também não pode ser entendido como decisão de cada um, precisa ser na

verdade, fruto de construções coletivas que tenham como norte princípios partilhados.

De acordo com a Resolução SEE 2197 na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática e vivência dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia, são abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

II – A questão ambiental contemporânea é abordada partindo da preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

III – O Componente Curricular Arte oportuniza aos alunos momento de recreação e ludicidade, por meio de atividade artístico culturais.

IV – O Ensino Religioso reforça os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz. (Resolução SEE/MG, nº 2.197/12).

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir, segundo Resolução SEE/MG, nº 2.197/12, ao educando:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A inserção dos temas transversais no currículo escolar, atua como eixo norteador que possibilita a discussão de questões que promovem a análise e reflexão a ponto de provocar mudanças de comportamento e atitudes necessárias que permitam ao educando estabelecer uma relação entre o conhecimento sistematizado com a realidade a seu entorno.

A escola deverá integrar diferentes disciplinas a um eixo temático que possibilitará, ao educando a compreensão plena dos componentes curriculares e seus conteúdos.

Neste ano de 2014, o projeto institucional desenvolvido pela escola apresenta como tema “Mexa-se! Em terra de copa do mundo não vá ficar parado... exercite o corpo e a mente e deixe a preguiça de lado!”

Este projeto será desenvolvido, procurando atender a necessidade do movimento da criança, tanto do corpo quanto da mente, aliada ao grande evento esportivo que é a

Copa do Mundo. Contudo, pretende-se também estimular o prazer em fazer exercícios físicos, brincar, desenvolver o raciocínio lógico, desafiando as capacidades através de gincanas do conhecimento, campeonatos, disputas saudáveis entre as próprias crianças da sala, bem como com outras turmas possibilitando também o envolvimento de toda comunidade escolar.

Além do projeto citado, a escola coloca em prática todos os anos o projeto da Praça literária, que procura desenvolver no educando o prazer pela leitura, por meio de atividades prazerosas como apresentações de teatro, recital de poemas, mostra de talentos, contação de histórias dentre outras apresentações.

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Conforme art. 24 e 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada com a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Na Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, as turmas do Ensino Fundamental do Ciclo da Alfabetização, com a duração de 03 (três) anos de escolaridades, 1º, 2º e 3º anos são ofertados no turno vespertino e do Ciclo Complementar, com a duração de 02 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos são ofertados no turno matutino.

De acordo com a Resolução SEE/MG nº 2.197/12, os ciclos de Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Por se localizar numa área central da cidade de Sete Lagoas, a Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos não dispõe de muitos espaços para atividades diversificadas com os alunos. Portanto somente são utilizados os espaços do laboratório de informática, biblioteca e os pequenos pátios que são divididos para refeitório, auditórios, aulas de Educação Física e recreio.

5.1 PLANEJAMENTO

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Com reuniões semanais destinadas a reuniões de planejamento, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos procurando aperfeiçoar sua prática de sala de aula e garantir o sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

Na Escola Estadual Ulisses Vasconcelos, muitas inquietudes e necessidades surgem quando se fala em decisões. Esse processo, muitas vezes, gera necessidades de soluções que, mesmo aparentemente evidentes, faz-se necessário a existência do diálogo com o objetivo de manter as relações de confiança entre a comunidade escolar.

A escola busca alternativas em meio a uma gestão democrática e participativa, sempre com o intuito de minimizar os problemas e ir além do aporte de condições materiais, técnicas e emocionais. Em seus momentos mais difíceis, a instituição conta com a política educacional democrática nos processos de decisão e nas relações entre os órgãos internos e externos.

O que prevalece nas relações da escola é a capacidade de seus funcionários, alunos e pais terem uma visão crítica da hierarquia no desenvolvimento do trabalho entre seres humanos sem autoritarismo, estabelecendo relações de confiança entre os mesmos. A pouca rotatividade de funcionários também contribuiu para o fortalecimento do grupo.

É importante ressaltar que os processos eletivos da escola são bem democráticos e os gestores são escolhidos através de eleição, mantendo a soberania popular no contexto da política educacional que a escola representa.

A participação do colegiado, já constituído na escola, tende a contribuir favorecendo os aspectos de democracia e liberdade de todos os que dela participam, como pais, alunos e professores. Por ser uma escola de ensino fundamental de 1º ao 5º ano, a escola não possui o grêmio estudantil.

A concepção de educação participativa segundo GANDIN (1994), ampara-se em uma leitura do mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça decorre, em grande medida, na falta de participação do sujeito em todos os níveis e aspectos da condição humana.

Essa concepção tende a tornar-se mais forte à medida que a sociedade incorpora os valores de liberdade, ética e cidadania. A internalização da democracia como um valor maior vem trazendo alterações nas relações de poder que acontecem no interior da escola, que passa a requerer uma organização baseada na participação, no diálogo e no respeito.

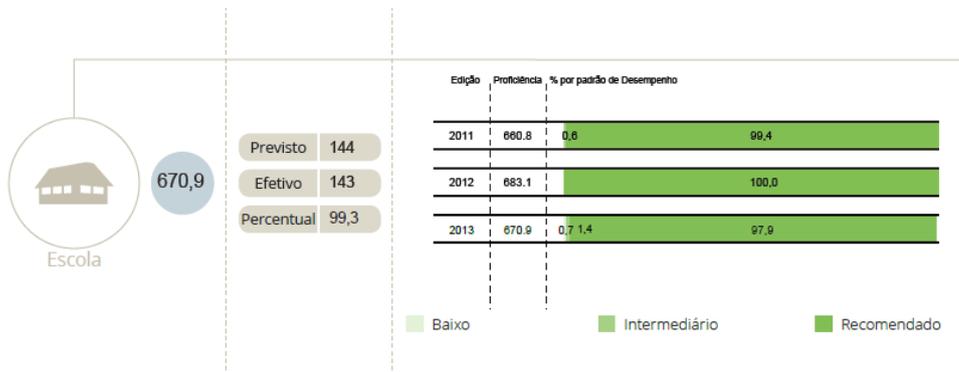
Tudo isso significa que, para uma gestão ser realmente participativa, é preciso participação também nas responsabilidades de elaboração e avaliação e não apenas execução.

6.1 PONTOS FORTES DA ESCOLA

O diagnóstico da E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos foi realizado, considerando sua estrutura nas quatro dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.

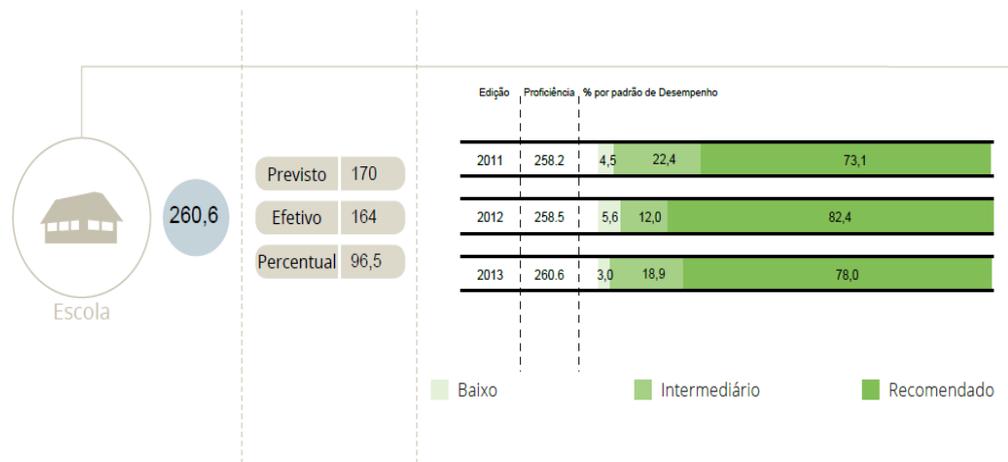
- Resultados das avaliações do Programa de Avaliação da Alfabetização -PROALFA, avalia alunos do 3º ano do Ensino Fundamental e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, avalia alunos do 5º ano do Ensino Fundamental e PROVA BRASIL, comprovam avanços no desempenho dos alunos, conforme mostram os dados gráficos das avaliações externas;

Resultados PROALFA em Língua Portuguesa no ano de 2013

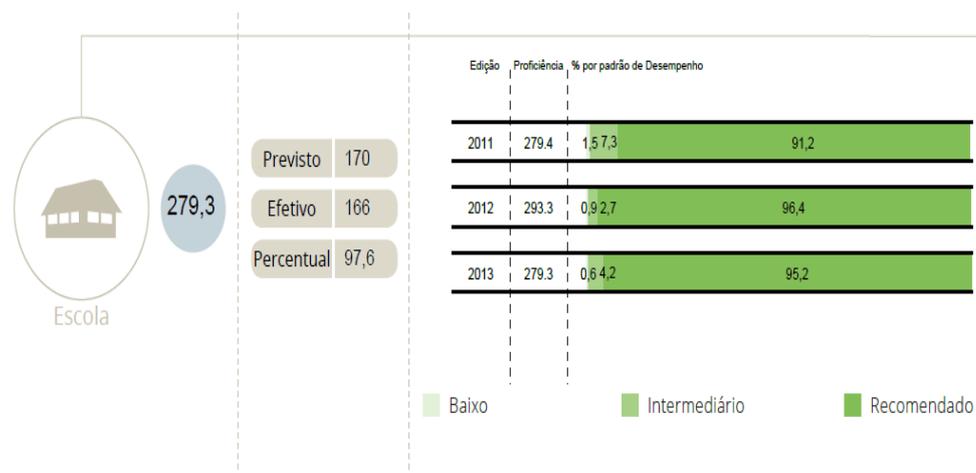


<http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-2013/por-escola-2013/>

Resultados do PROEB em Língua Portuguesa no ano de 2013



Resultados do PROEB em Matemática no ano de 2013



Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-2013/>

Resultados do IDEB no ano de 2011/2013, onde foram avaliados alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por meio da Prova Brasil.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Escola UF: MG

Município: SETE LAGOAS Nome da Escola: EE DR ULISSES VASCONCELOS

Rede de ensino: Estadual Série / Ano: 4ª série / 5º ano

4ª série / 5º ano

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EE DR ULISSES VASCONCELOS	6.2	7.0	6.8	7.4	7.8	6.2	6.5	6.8	7.0	7.2	7.3	7.5	7.7

Obs:
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
*** Sem média na Prova Brasil 2013. Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: <http://inep.gov.br>

- Gestão democrática da Escola com foco na Dimensão Pedagógica;
- Apropriação das Matrizes Curriculares;
- Elaboração do Cronograma das atividades a serem planejadas e executadas no decorrer do ano;
- Colegiado constituído; - Existência de sala de Informática, brinquedoteca e videoteca e Biblioteca escolar;
- Residência dos servidores neste ano de 2014 é na própria comunidade , onde está localizada a escola.
- Boa estrutura física da Escola.
- Responsabilidade profissional
- Participação dos professores do Ciclo da Alfabetização no Pacto.

6.2 PONTOS DE MELHORIA

- Maior assistência das famílias em relação ao acompanhamento da vida escolar do aluno;

- Constante aprimoramento da prática pedagógica através de capacitações com profissionais especializados de outras instituições;
- Maior aproveitamento nos momentos de reuniões pedagógicas;
- Maior utilização dos materiais pedagógicos existentes na Escola;
- Maior utilização dos espaços pedagógicos existentes na Escola;
- Tornar cultura a prática de registrar as diversas situações pedagógicas, reuniões com pais, especialistas, professores, tudo que envolve o cotidiano escolar.

6.3 PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA

Os princípios que definem os procedimentos metodológicos a serem utilizados na sala de aula, em busca de uma educação mais sólida, estão em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento.

a) APRENDER A CONHECER – Adquirir os instrumentos da compreensão. Este tipo de aprendizagem que visa, não tanto aquisição de um repertório de saberes codificado, mas antes, domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, pode ser considerado, simultaneamente, como meio e não como uma finalidade da vida humana. Meio porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos, na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar.

Finalidade: seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

b) APRENDER A FAZER – Para poder agir sobre o meio envolvente, ensinando o aluno a colocar em prática seus conhecimentos para solucionar problemas e interferir na realidade de forma consciente.

c) APRENDER A VIVER JUNTOS, APRENDER A VIVER COM OS OUTROS – a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. Sem dúvida, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no processo da humanidade. Aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe a esperança posta por alguns no processo da humanidade.

d) APRENDER A SER – via essencial que integra os três precedentes. A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa- espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na infância e na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A legislação educacional demonstra o reconhecimento de que a qualidade do ensino é diretamente dependente do perfil e da qualificação dos profissionais do magistério. São de interesse da comunidade escolar a formação e a valorização desses profissionais, pois eles são agentes mais importantes para garantir o cumprimento dos objetivos da educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Tais objetivos não estão inscritos para serem apenas formalmente considerados, eles devem ser seguidos mediante a existência de profissionais com qualificação em seu trabalho pedagógico.

Uma das condições para a implementação de uma política efetiva na escola é a valorização dos trabalhadores da educação que deve ser o resultado do lidar com os saberes e a relação entre as pessoas.

A gestão dos trabalhadores da educação na Escola Estadual Ulisses Vasconcelos busca promover o desenvolvimento da consciência crítica, condição básica para o desenvolvimento da cidadania, sempre destacando que o esforço coletivo se realiza em função de cumprir os objetivos.

De acordo com Gonçalves e Carmo (2001), em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório. Assim, a escola procura sempre considerar cada um dos elementos de valorização do seu corpo docente,, afim de que as políticas educacionais venham a ser de fato consistentes.

7.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS

De acordo a Resolução 2197, SEE/MG (2012) por ética, entende-se a prática da honestidade, da integridade, da dignidade nas relações pessoais, e institucionais, tendo como referência o interesse coletivo.

Conforme os princípios norteadores constantes no Parecer CNE/CEB Nº: 11/2010, a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos, a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos propicia um ambiente que estimula a vivência, a justiça, à solidariedade, liberdade e autonomia, respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar qualquer manifestação de origem, etnia, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses valores éticos são vivenciados por todos os que fazem parte da comunidade escolar como pais, alunos, professores, direção e demais servidores da Escola.

7.2 PRINCÍPIOS POLÍTICOS

Segundo, artigo 3º, inciso II da Resolução SEE/MG nº 2.197/12, são princípios de reconhecimento dos direitos, deveres e cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades, conforme diz a Resolução 2197 (SEE/MG, 2012).

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos assegura a todos os segmentos escolares o direito de participação na vida da Escola.

7.3 PRINCÍPIOS ESTÉTICOS

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Resolução SEE/MG nº 2.197/12, os princípios do cultivo da sensibilidade juntamente com a racionalidade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos propõe ações que estimulam a criatividade, a criticidade, a curiosidade, a emoção e as diversas manifestações artísticas e culturais.

7.4 MISSÃO E VALORES

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos tem por missão potencializar as competências dos segmentos escolares (diretor, especialistas, professores, alunos, servidores, comunidade escolar), desenvolvendo o senso de coletividade e cooperação para o desenvolvimento de soluções e estratégias pedagógicas que garantem a qualidade da Escola e a permanente procura da excelência que leva à superação dos desafios e ao alcance das metas. Por isso, a Escola busca:

- a) Assegurar um ensino de qualidade, garantindo acesso e permanência dos alunos na Escola;
- b) Oferecer aos alunos um ambiente de aprendizagens significativas e contextualizadas;
- c) Ter profissionais e alunos competentes, satisfeitos e felizes;
- d) Garantir uma gestão participativa, democrática, com foco no eixo da gestão pedagógica;
- e) Garantir transparência, agir de forma clara e íntegra, compartilhando informações e experiências;
- f) Ter compromisso com o coletivo – comunicação compartilhada de informações e experiências;
- g) Zelar pela ética no desenvolvimento do trabalho e nos relacionamentos interpessoais, considerando o impacto de sua ação na realidade de outros indivíduos.

7.5 VISÃO

Ser reconhecida como uma Escola Pública de qualidade, que ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos dominem as competências e habilidades necessárias para a continuidade com bom desempenho nos seus estudos. Para se alcançar essa qualidade toda equipe escolar deverá estar consciente do seu papel e da sua responsabilidade social.

8. AVALIAÇÃO

Avaliar é atribuir um valor a fatos, objetos e desempenhos. Avaliar em educação é, segundo Luckesi (1988, p.18), “julgar dados relevantes para tomar uma decisão”.

A escola compreende a avaliação como um diagnóstico que possibilita ajudar o aluno a aprender e dominar as competências básicas essenciais para o seu progresso individual, contínuo e pleno, buscando capacitá-lo a participar ativamente da sociedade em que está inserido.

A avaliação na Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos tem caráter processual, formativo e participativo. Onde tornar-se capaz de investigar sua prática, refletir sobre suas ações, construir seus conceitos e formar suas ideias a partir de seu conhecimento prévio e do conhecimento adquirido ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Conforme Ott et al, (apud KHAHE, 1990, p.20),

O processo de avaliação é uma etapa de um processo mais amplo que inicia na sociedade, define o sistema educacional, institucionaliza na escola e acontece em sala de aula. Neste sentido a avaliação da aprendizagem, que, por sua vez, têm que ser contextualizados na escola – entendidos como professor, aluno, direção, comunidade – e na sociedade, que é o contexto mais global que se inclui.

A avaliação deve ser considerada em todas as dimensões do comportamento humano. Portanto não se pode avaliar o cognitivo, sem procurar compreender, analisar e avaliar, a dimensão que a área psicomotora e afetiva pode influenciar diretamente nela. Na avaliação integral do educando deve-se considerar todas as áreas.

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos utiliza em sua prática como avaliações internas: as avaliações diagnóstica, cumulativa e contínua de aprendizagem procurando sempre refletir, planejar e buscar novas metodologias que atinjam o desenvolvimento de ações e de aprendizagem com análise dos resultados.

Conforme Resolução da SEE/MG nº 2197/2012:

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do

educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Contempla também a referida resolução que:

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

8.1 AVALIAÇÃO INTERNA DOS ALUNOS

Os resultados das avaliações internas serão convertidos em conceitos, que devem ser registrados no Diário de Classe de cada turma e na Ficha Individual do aluno ao final de cada bimestre. Os resultados devem ser divulgados aos pais ou responsáveis, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre, por meio de reuniões bimestrais, entrega do portfólio e assinatura da ficha bimestral.

Os portfólios contendo todos os instrumentos utilizados para avaliação (provas, trabalhos escritos) devem ser devolvidos aos alunos após a sua correção. Será dada ao aluno nova oportunidade de realização das atividades para verificação de aprendizagem. Os pais levam o portfólio para analisar, em casa, junto com o filho o seu desempenho no bimestre.

São realizadas reuniões individuais para os pais quando seus filhos não estão se empenhando durante as aulas e não realizam as tarefas extraclases. Durante as aulas especializadas os professores estão à disposição dos pais que necessitam de informações ou de solucionar problemas relativos aos filhos.

Os referenciais utilizados como registro para a avaliação no diário escolar, fichas individuais serão:

- Referencial para compreensão do desempenho nas Áreas de Conhecimento:

A – Apresentou competências e habilidades na mobilização dos conhecimentos, valores e decisões agindo de modo satisfatório nas situações vivenciadas. Equivale de 90 a 100 pontos.

B – Apresentou domínio parcial nas competências e habilidades na mobilização dos conhecimentos, valores e com maior segurança nas situações vivenciadas. Equivale de 70 a 89 pontos.

C – Necessita de apoio pedagógico para superação das dificuldades identificadas, para dominar as competências e habilidades necessárias para o seu desenvolvimento. Equivale abaixo de 70 pontos.

- Referencial para compreensão do Processo de Formação:

S – sim

N – não

AV – às vezes

- Para compreensão de Processo de Formação serão observados:

I – Atitudes e Valores Éticos – o aluno respeita os colegas e professores, interage nos grupos de trabalho e nas atividades fora de aula;

II – Compromisso/Criticidade – o aluno participa, efetivamente, do processo de construção do conhecimento, realizando trabalhos individuais e de grupo com iniciativa e criatividade, capacidade de argumentação, resolução de problemas, organização e conclusão das atividades propostas utilizando diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros filmes, documentos, enciclopédia, pessoas da comunidade) e diferentes formas de registro (escrita, gráfico, desenho, montagem, imagens...).

III – Participação da família – o aluno encontra na família o apoio e a participação para o seu desenvolvimento escolar.

As avaliações internas são definidas como parcial, atividades independentes e bimestral. A parcial é aplicada no final do primeiro mês do bimestre e procura avaliar o domínio parcial das competências trabalhadas neste período. As atividades independentes são pequenas atividades que procuram avaliar as competências procurando imediatamente a análise e revisão do conteúdo não apreendido ao longo de todo o bimestre. A bimestral é aplicada ao final do bimestre e procura avaliar todas as competências trabalhadas em todo o bimestre.

As avaliações servem de subsídios para o acompanhamento da construção do conhecimento do aluno e norteiam o desenvolvimento de uma ação pedagógica de modo diferente, onde o professor com a proposta de atividade alternativa e diversificada procura resignificar o processo de ensino aprendizagem daqueles que não adquiriram totalmente as competências trabalhadas. Boavida et. al (1992), afirma que:

[...]a avaliação só tem sentido se for acompanhada por uma mudança de atitudes, por uma concepção diferente do que seja, por parte do professor e dos alunos, a avaliação. Isto é, qual a sua função, o que é que se lhe deve pedir, como devemos atuar, em suma, quais são os seus reais objetivos. (BOAVIDA 1992, p.5)

8.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS

As avaliações externas à escola, realizadas em larga escala, são aplicadas pelos governos federal e estadual. Anualmente, são aplicadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública – SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, que avalia os alunos do 5º ano do ciclo complementar, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA, que avalia os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa. São aplicadas também pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP– que avalia, a cada dois anos, por meio da Prova Brasil, os alunos do 5º ano do ciclo complementar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa.

As avaliações externas objetivam avaliar especificamente os conteúdos curriculares, com o intuito de diagnosticar o nível de domínio das competências essenciais para a formação plena do educando e também determinar os fatores econômicos, sociais, educacionais e demográficos que influenciam nos desenvolvimentos das competências. E são considerados, pelos governos nacional e estadual, como indicador que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação.

A partir da análise dos resultados das avaliações internas e externas, os professores, pedagogas e direção devem reunir-se para elaboração, anual, do Plano de Intervenção pedagógica – PIP e demais planos da escola.

Estes resultados são repassados aos pais em dia predefinido pela Secretaria Estadual de Educação, denominado pelo dia D, para análise, reflexão e tomada de decisões.

A divulgação dos resultados das avaliações externas é realizada de início internamente, no Dia D – Toda Escola deve fazer a diferença. É feito um estudo dos resultados, análise e levantamento das capacidades em que os alunos apresentaram defasagens para de imediato melhorar as práticas de ensino.

Posteriormente, a Escola é preparada para receber e acolher os pais, no dia D – Toda comunidade participando. O compromisso é sensibilizá-los de sua importância na garantia do sucesso nos resultados positivos dos filhos.

Os resultados do PROAFA/PROEB e IDEB são apresentados aos pais. É feita a análise junto com os pais, definindo coletivamente quais as capacidades em que os alunos apresentaram defasagens. Os resultados das reflexões serão transformados em ações que deverão ser incluídos no plano de intervenção pedagógica. O ponto fundamental da intervenção pedagógica está situado em um trabalho bem planejado e executado no dia a dia em sala de aula, com o acompanhamento do professor e sua intervenção imediata no desempenho do aluno.

A Escola oferece diferentes oportunidades de aprendizagens através do Plano de Intervenção Pedagógica ao longo do ano letivo, que tem como meta o atendimento às necessidades do aluno no domínio de todas as competências e habilidades das aprendizagens básicas.

Para o atendimento individualizado é elaborado um plano de atendimento constando a justificativa, a situação atual, os objetivos a serem alcançadas, as metas, ações e estratégias para melhorar o nível de aprendizagem do aluno. O plano de intervenção individual é registrado no caderno de trabalho do aluno.

Antes de iniciar a intervenção, os pais são convidados para participar de uma reunião onde são comunicados sobre a necessidade dos filhos terem um atendimento através do PIP. É solicitada a participação da família neste processo.

Conforme a Resolução 2197:

Faz parte integrante do Projeto Político-Pedagógico o Plano Intervenção Pedagógica (PIP) elaborado, anualmente, pela Equipe Pedagógica da Escola, a partir dos resultados das avaliações internas e externas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e garantir a continuidade de seu percurso escolar.

Os profissionais da Escola devem reunir-se periodicamente, conforme cronograma estabelecido pela Equipe Gestora, para estudos, avaliação coletiva das ações desenvolvidas e redimensionadas do processo pedagógico, conforme o previsto no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

8.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

A metodologia da Avaliação de Desempenho Individual – PDI – é estabelecida segundo legislação vigente. Conforme o Manual da Avaliação de Desempenho Individual - ADI dos Servidores da Secretaria de Estado De Educação os objetivos da Avaliação de desempenho individual são:

- I - Valorizar e reconhecer o desempenho eficiente do servidores;
- II - Aferir o desempenho do servidor no exercício do cargo ocupado ou função exercida;
- III - Identificar necessidades de capacitação do servidor
- IV - Fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos;
- V - Aprimorar o desempenho do servidor e do Sistema Estadual de Educação;
- possibilitar o estreitamento das relações interpessoais e a cooperação dos servidores entre si e com suas chefias;
- VI - Promover a adequação funcional do servidor;
- VII - Contribuir para o crescimento profissional do servidor e para o desenvolvimento de novas habilidades;
- VIII - Contribuir para a implantação do princípio da eficiência na Administração pública do poder Executivo Estadual, a melhoria da prestação do serviço público e, em especial, da qualidade da educação escolar.

O referido manual estabelece que a avaliação de desempenho na Secretaria Estadual de Educação siga as especificidades das atribuições dos cargos ou funções. Os profissionais da educação foram agrupados conforme os seguintes segmentos:

A - Pessoal Docente: Professores da Educação Básica;

B - Supervisor Pedagógico, Orientador Educacional e Professores em outras funções na escola;

C - Ajudantes de Serviços Gerais.

Quanto ao processo avaliatório, o manual entende que é o tempo compreendido entre a publicação do Termo Inicial de Avaliação e a conclusão dos registros do desempenho de cada servidor, no Termo Final de Avaliação, pela Comissão de Avaliação.

A Comissão de Avaliação da Escola é composta por membros titulares e suplentes, escolhidos através do voto, e as reuniões devem ser presididas obrigatoriamente pela chefia imediata. A composição da Comissão deverá ser registrada em ata e os nomes dos membros afixados em local visível na escola.

Ainda em conformidade com o manual “[...] a comissão de Avaliação realizará os trabalhos com a presença da maioria absoluta de seus membros e, no caso de ausência de membro titular, o presidente deverá convocar, imediatamente, a presença do suplente”. Existem normas legalmente estabelecidas, instrumentos próprios, fichas

profissionais, e calendário para execução de todo o processo da avaliação. Concluído o trabalho, inserir, conforme calendário, os dados da avaliação de desempenho no SISAD.

Avaliação de Desempenho, como acima concebida, é o fechamento de todo um trabalho realizado durante o ano onde as ações, resultados e encaminhamento do ensino-aprendizagem são analisados, refletidos e as decisões são tomadas visando o crescimento profissional e as necessidades dos alunos atendidas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pressupõe uma gestão democrática e comprometida com a qualidade da educação, perpassando por decisões estratégicas do Gestor da Escola, sem os quais o processo ficaria comprometido.

O Processo de revisão e/ou reestruturação do Projeto Político Pedagógico é compreendido por vários momentos interligados. Todos esses momentos passam por um processo de avaliação que possa permitir à Escola, caminhar do real para o ideal, desenvolvendo ações possíveis de serem executadas e implementadas.

A Escola tem um planejamento que leva em consideração o trabalho escolar e sua prática pedagógica, que viabilizando o desenvolvimento do Plano de Ensino, Plano de Aula, Plano de Ação e Plano de Intervenção Pedagógica, possibilitando a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem dos alunos nas avaliações internas e externas.

Ao Diretor da Escola, cabe a responsabilidade de imprimir o trabalho coletivo de construção e implementação desse instrumento. A confiança, o respeito mútuo, os sentimento de cooperação e de solidariedade, apropriando ao PPP como um instrumento para a consolidação de uma Escola que, de fato, possa cumprir sua função social.

REFERÊNCIAS

BOA VIDA, João et al. **Avaliação formativa: uma função diferente. O professor.** (3ª série). Mar/Abr. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1992.

BRASIL, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/1996 Brasília: Senado Federal, 1996.

_____, (2006). **Lei 11274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em 16/9/2014.

_____, Secretaria de Educação Básica. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios.** Ano 1: unidade 1. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____, (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013
IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 28/07/14.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 20/07/2014>.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisões.** 2001. Disponível em <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>>. Acesso em 8/8/2014

KHAHE, Elizabeth D. **Avaliação escolar: pesquisa conscientizante.** Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1990.

LOPES, Antonia O. **Planejamento do ensino numa perspectiva crítica da educação.** In: VEIGA, Ilma P. A. (coord.). Repensando a didática. Campinas: Papirus, 1988.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da escola aberta.** Curitiba: Jornal da Secretaria Municipal, Ano V, julho, 1988.

MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO SEE Nº 1086, DE 16 DE ABRIL DE 2008.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino fundamental nas escolas estaduais de Minas Gerais. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B0556CBC9-402987-4EB1-A094-AA6B34C319DA%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N.pdf> . Acesso em: 16/9/2014.

_____. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE.** Disponível em: <<http://www.simave.caeduff.net>>. Acesso em 28/07/2014.

_____(Estado). **Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em

<<http://www.camarasaofrancisco.mg.gov.br/leis/leisestaduais/RESOLUCaO%20SEE%20No%202164.pdf/view>>.

_____. **Manual da Avaliação de desempenho individual - ADI dos servidores da Secretaria de estado de educação.** Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos/%7B3301864E-78ED%2041F3-A33F-E048C6FF27DE%7D_Manual%20da%20ADI-13-08.pdf>

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.